

Urbanismo e empoderamento feminino: uma perspectiva aplicada às favelas

Urbanism and female empowerment: a perspective applied to the favelas

Urbanismo y empoderamiento femenino: una perspectiva aplicada a las favelas

Júlia Romano Daibert, mestre, Universitat Politècnica de Catalunya e Delft University of Technology.

E-mail: judaibert@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9882-1290>

Yara Coelho Neves, mestre, Universidade Federal da Bahia.

E-mail: yara.neves@arquitetura.ufjf.br

 <https://orcid.org/0000-0002-6425-3221>

Para citar este artigo: DAIBERT, J. R.; NEVES, Y. C. Urbanismo e empoderamento feminino: uma perspectiva aplicada às favelas. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 114-126, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n1p114-126.

Submissão: 2020-08-31

Aceite: 2021-12-10

Resumo

Historicamente, nossas cidades foram pensadas para e por homens, brancos, das classes média e alta. Enquanto isso, a mulher foi relegada ao espaço doméstico, realizando todo tipo de trabalho considerado não produtivo. Todavia, a lógica de nossa sociedade se modificou substancialmente a partir da segunda metade do século XX em diante e a mulher passou a se colocar de maneira efetiva nos espaços públicos de nossas cidades. Para além disso, ao nos atentarmos para o recorte racial, a mulher negra sempre esteve ocupando os espaços públicos da urbe pela necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho. Dados dos últimos 20 anos apontam que o local em que se estabelece essa população feminina e negra nas nossas cidades são os chamados aglomerados subnormais, ou seja, as favelas. Outros estudos apontam, ainda, que nessas comunidades, são as mulheres que encabeçam as lutas por melhorias nos espaços. Sendo assim, o presente artigo debate a apropriação dos espaços públicos sob a perspectiva de gênero, raça e classe. Ao final, levanta-se o debate sobre formas alternativas e saudáveis de produzir um espaço público autogerido nas favelas, buscando favorecer a lógica de usos complexos e demandas deste corpo feminino negro no local em que habitam.

Palavras-chave: Urbanismo de gênero; Raça; Favela; Hortas urbanas; Mulher.

Abstract

Historically, our cities have been designed for and by white, middle and upper class' men. Meanwhile, women were relegated to the domestic, private space, doing all kinds of work considered non-productive. However, the logic of our society has changed substantially, and from the second half of the twentieth century onwards, women have come to place themselves effectively in the public spaces of our cities. Furthermore, when looking at the racial profile, black women, have always been occupying the public spaces of the city due to the early need of having a job. Researches from the last 20 years show that the place where this female and black population is established in our cities are the so-called subnormal agglomerations, that is, the favelas. Other studies also point out that, in these communities, it is women who lead the struggle for improvements in spaces. Therefore, this article discusses the appropriation of public spaces from the perspective of gender, race and class. In the end, it raises debate about alternative and healthy ways of producing a self-managed public space in the favelas, seeking to favor the logic of complex uses and demands of this black female body in the place where they live.

Keywords: Gender Urbanism; Race; Slums; Urban Farms, Woman.

Resumen

Históricamente, nuestras ciudades fueron pensadas para y por hombres blancos, de las clases medias y altas de la sociedad. Mientras tanto, la mujer fue relegada al espacio del hogar, privado, realizando el trabajo considerado no productivo.

Todavía, la lógica de nuestra sociedad cambió considerablemente a partir de la segunda mitad del siglo XX, cuando la mujer empezó a ubicarse y a vivenciar los espacios públicos de las ciudades. Además, al observar la perspectiva racial, la mujer negra, siempre estuvo ocupando los espacios públicos de la urbe por la necesidad de incorporarse prematuramente en el mercado laboral. Los datos de los últimos 20 años muestran que los espacios donde se encuentra esa población femenina y negra en nuestras ciudades son los conocidos asentamientos informales, o sea, las "favelas". Otros estudios apuntan, todavía, que en esas comunidades, son las mujeres las que lideran las luchas por mejoras en los espacios. Por lo tanto, el presente artículo discute la apropiación de los espacios públicos a través de la perspectiva de género, raza y clase. Al final, se plantea el debate en relación a las formas alternativas y saludables de producir un espacio público autogestionado en las "favelas", buscando favorecer la lógica de los usos complejos y demandas del cuerpo femenino negro en el sitio donde habitan.

Palabras Clave: Urbanismo feminista; Raza; Asentamientos informales; Huertos Urbanos, Mujeres.

INTRODUÇÃO

Os países da América Latina possuem muita desigualdade social. No ano de 2019, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a região foi apontada com a maior desigualdade de renda no relatório de desenvolvimento humano. De acordo com os dados de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organizações das Nações Unidas (ONU), também de 2019, que têm como critérios padrões mundiais de educação, saúde e expectativa de vida, o Brasil caiu uma posição em relação ao ano passado e ocupa a 79ª colocação no *ranking*, fazendo parte da lista de países de “alto desenvolvimento humano”. Todavia, a desigualdade social ainda é um dos principais problemas no país.

O reflexo desses problemas fica gritante quando observamos os grandes centros urbanos, como as capitais estaduais, por exemplo. Historicamente, o grande fluxo de chegada de novos habitantes, oriundos das cidades do interior e até de outros estados, em busca de novas oportunidades de emprego e uma maior qualidade de vida, que ocorreu principalmente entre as décadas de 1960 e 1980, deixou cicatrizes na história da urbanização das metrópoles.

Durante o século XX, com a crescente industrialização e a atração constante de mão de obra para as grandes cidades, o preço do território urbanizado se elevou substancialmente. Assim, a população mais empobrecida se viu obrigada a ocupar territórios periféricos desprovidos ou providos com pouca infraestrutura aglomerando-se precariamente em residências insalubres (BONDUKI, 1998, p. 17-19). É nesse contexto que se inicia um forte processo de segregação urbana que se consolidou com o passar dos anos, não apenas nas grandes metrópoles, mas também nas cidades de médio porte (PASTERNAK; D’OTTAVIANO, 2016) e pode ser observado até a atualidade.

Para além da generalização constante de uma análise calcada simplesmente na questão relativa à classe social dos habitantes dos territórios periféricos, é importante refletirmos sobre outras instâncias que podem trazer constatações muito esclarecedoras sobre o perfil das desigualdades no solo urbano. Nesse sentido, o recorte de gênero se faz extremamente necessário. Sabe-se que, historicamente, o interior das residências, onde está a vida privada, foi construído como o espaço da mulher, enquanto a rua, o público, foi atribuído ao homem (MONTANER; MUXÍ, 2014). Gilberto Freyre, em seu livro *Sobrados e Mucambos* (1936), fala sobre essa divisão que dava ao homem todas as oportunidades de

iniciativa, de ação social, de contatos diversos, limitando as oportunidades da mulher ao serviço e às artes domésticas, ao contato com os filhos, a parentela, as amas, as velhas, os escravos. E uma vez por outra, em um tipo de sociedade católica como a brasileira, ao contato com o confessor (FREYRE, 1936, p. 129).

Atrelado ao recorte de gênero, é fundamental pensarmos a questão racial, afinal, como dito pela arquiteta e urbanista Joice Berth (2018), “A lógica casa grande/senzala foi reproduzida no desenho das cidades, onde há alta concentração de pessoas brancas num determinado lugar e negros em outro”.

Em seu livro *O que é lugar de fala?*, a filósofa Djamilia Ribeiro (2017), pautada pelas teorias da escritora Grada Kilomba, traz à tona a discussão sobre a invisibilidade da mulher negra em uma sociedade constituída pela supremacia branca e masculina, “ser essa antítese da branquitude e masculinidade dificulta que ela [a mulher negra] seja vista como sujeito” (RIBEIRO, 2017, p. 44). “Mulheres negras, nessa perspectiva, não são nem brancas e nem homens, e exerceriam a função de *Outro do Outro*” (RIBEIRO, 2017, p. 39).

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgados ainda no ano de 2011, os domicílios chefiados por mulheres negras são os que se encontram em piores condições de habitabilidade (BRASIL, 2011, p. 31). Seja por conta de sua localização em assentamentos subnormais, ou pela falta de serviços básicos como esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo.

Portanto, muitas vezes, são essas mulheres as protagonistas nas lutas por melhorias em suas comunidades. De acordo com Monteiro *et al.* (2018, p. 293), as mulheres têm ganhado um lugar de destaque na luta por moradia ao se constituírem como sujeitas de luta. “Isso se evidencia em seu agenciamento político não somente no interior das comunidades, mas ocupando espaços diversos e atuando em diferentes escalas territoriais, institucionais e de poder”.

É nesta perspectiva que se coloca o presente artigo, buscando um debate acerca da presença da mulher preta, pobre e favelada nos espaços públicos de suas comunidades. Além disso, levanta-se o debate sobre formas alternativas e saudáveis de produzir um espaço público autogerido nas favelas, buscando favorecer a lógica de usos complexos e demandas deste corpo feminino negro no local em que habitam.

PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO, PRIVATIZAÇÃO DO GÊNERO

O território formal de nossas cidades tem como base as necessidades de uma sociedade patriarcal e capitalista, tendo sido pensadas para os homens brancos da classe média, que possuem seu veículo próprio e se deslocam de casa para o trabalho. Em seu livro *Guerra dos Lugares*, Raquel Rolnik (2015, p. 195) coloca que nos últimos 250 anos, a relação da sociedade com o território teve o domínio da propriedade privada individual. Segundo a autora, este movimento teve início com os cercamentos das terras comunais na Europa do século XVIII. Esses cercamentos ocorriam tendo como explicação estimular a eficiência agrícola e o aumento da produção de alimentos. Entretanto, este aumento da produção não significou, necessariamente, um aumento da quantidade de alimentos disponível para as pessoas das classes de rendas mais baixas, mas sim para o mercado e exportação.

Para os trabalhadores, isso representou dois séculos de fome, da mesma forma que, atualmente, mesmo nas áreas

mais férteis da África, da Ásia e da América Latina, a desnutrição é endêmica, devido à destruição da posse comum da terra e da política de “exportação ou morte” (FEDERICI, 2017, p. 136).

Foi esse processo de privatização da terra que marcou a separação entre terra e trabalho e consagrou o Estado liberal uma vez que, segundo Marx (1969, p. 43-44, apud ROLNIK, 2015, p. 195), se a terra estivesse à livre disposição de todas as pessoas, não haveria motivos para alguém precisar vender a própria força de trabalho e, assim, estaria faltando o principal elemento para a formação da produção capitalista. As políticas de expropriação das terras tiveram uma maior afetação sobre as mulheres, uma vez que, para elas, era muito mais difícil tornarem-se trabalhadoras nômades ou pedintes devido à exposição à violência masculina (FEDERICI, 2017, p. 144). Além disso, sua mobilidade era dificultada pela gravidez e cuidado com a prole. Dessa forma, as mulheres acabaram cada vez mais confinadas ao trabalho reprodutivo, enquanto as cidades se desenvolviam, cada vez mais, tendo a figura masculina como central. Podemos dizer que

o modelo de cidade na qual vivemos atualmente se desenvolveu sobre a sustentação da divisão sexual do trabalho. O espaço se configura a partir do dualismo público-privado que segrega o espaço segundo duas esferas, a produtiva e a reprodutiva, e designa funções específicas com categorias genéricas do masculino e do feminino, produzindo assim um sistema binário ofensivo (COL.LECTIU Punt 6, 2019).

A partir dessa construção social-histórica, entendeu-se que à mulher caberia o espaço recluso do lar, limitando-a “ao serviço e às artes domésticas, ao contato com os filhos, a parentela, as amas, as velhas, os escravos. E uma vez por outra, em um tipo de sociedade católica como a brasileira, ao contato com o confessor” (FREYRE, 1936, p.129). Por outro lado, o espaço público seria o lugar do homem, entendido como o ser que sai do lar todos os dias em busca do sustento, que tem o domínio e o direito de legislar sobre o próprio corpo e, portanto, sobre os territórios que este corpo utiliza, habita, entrecruza.

Os limites entre o público e privado foram explicitados com a definição das esferas sexuais e da delimitação de espaços para os sexos. A representação do lar, da família, em termos naturais, e da esfera pública, ao contrário, como instância histórica, foi uma herança vitoriana da qual emerge o dualismo público/privado, reafirmando o privado como espaço da mulher, ao destacar a maternidade como necessidade e o espaço privado como *locus* da realização das potencialidades femininas (MATOS, 1995, 1996 apud MATOS; BORELLI; SCHWARTZ, 2015).

Obviamente, a construção da figura da mulher do lar vem se dissolvendo na atual sociedade. Apesar de alguns olhares mais conservadores ainda seguirem propagando esta visão do feminino, desde meados do século XX, lutas feministas por igualdade de direitos emergiram e a mulher iniciou um processo de retomada

de espaços em diversos sentidos. No século XXI, esse processo se intensificou e se estabeleceu de forma contínua e os questionamentos levantados acerca do “lugar de mulher” seguem despontando reflexão. É clara a necessidade de este debate alcançar as questões relativas ao direito à cidade, uma vez que, na prática, devido ao acúmulo de inúmeras funções com as jornadas triplas assumidas, as mulheres utilizam as cidades de uma forma muito mais complexa que os homens. A realidade da mulher do lar, construída historicamente nos últimos 200 anos, já não se efetiva há muito tempo e, na verdade, para uma certa parcela da população feminina, nunca se efetivou. Quando o recorte de gênero se entrecruza com o recorte de classe e raça, isso fica muito claro.

Mesmo que a ocupação das cidades pelos corpos femininos tenha crescido, os espaços públicos não se modificaram para acolhê-los. Pelo contrário, nossas cidades seguem violentas e perigosas, além de fisicamente deficientes e com mobilidade insuficiente para atender às demandas femininas. Além disso, a tentativa de controle sobre os corpos das mulheres em diversos níveis são cada vez mais crescentes e se refletem nos espaços das cidades. Ainda assim, muitas vezes, as mulheres são as protagonistas nas lutas por melhorias em suas comunidades. De acordo com Monteiro *et al.* (2018, p. 293), as mulheres têm ganhado um lugar de destaque na luta por moradia ao se constituírem como sujeitas de luta.

Retomando a questão da interseccionalidade entre classe, gênero e raça, é mister ressaltar que o corpo negro feminino vibra na cidade de forma diferente do corpo branco feminino e a cidade oferece oportunidades diferentes para ambos. É notório que quando falamos desse corpo negro e pobre, estamos falando da periferia, dos assentamentos precários, dos solos urbanos informais. De maneira geral, é na cidade informal que se estabelece a população negra, pobre, LGBTQI+ (que muitas vezes necessita deixar sua família de origem por não serem aceitos), a mãe solo com baixa escolaridade, a mulher independente (CORREIA; COELHO; SALES, 2018).

O corpo favelado

Segundo a última Projeção da População Mundial da Organização das Nações Unidas¹, o Brasil é um dos países mais populosos do mundo e ocupa o sexto lugar neste *ranking*, com uma população de 211 milhões de pessoas, ficando atrás apenas de China, Índia, Estados Unidos, Indonésia e Paquistão.

Com uma população tão numerosa e diversos problemas de desigualdade social e econômica, a ocupação do solo urbano brasileiro se dá de maneira extremamente desordenada. A Política Nacional de Habitação adotou a denominação “assentamentos precários” para categorizar assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda (BRASIL, 2004, p. 37). Nessa categoria estão inclusos cortiços, favelas, loteamentos irregulares de moradores de baixa renda e conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado e

¹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/paquistaou-ultrapassa-o-brasil-em-lista-de-paises-mais-populosos-do-mundo/#:~:text=Segundo%20a%20Proje%C3%A7%C3%A3o%20de%20Popula%C3%A7%C3%A3o,no%20top%205%20do%20ranking>. Acesso em: 1º dez. 2020.

que se encontram irregulares ou degradados (DENALDI, 2013, p. 99). Caracterizadas pela ilegalidade e exclusão social, as favelas são definidas pelo IBGE como “aglomerados subnormais”, ou seja:

Um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa (IBGE, 2010).

O país possui 13.151 aglomerados subnormais divididos entre 734 municípios, totalizando 5.127.747 domicílios, 7,8% do total nacional de domicílios. Dentre os estados com maior número de aglomerados subnormais, São Paulo lidera o *ranking*, seguido de Rio de Janeiro e Bahia (IBGE). Segundo a Pesquisa do Fórum Nova Favela Brasileira (2015), a maioria dos moradores dessas comunidades é negra, cerca de 67%. Além disso, a mesma pesquisa apontou que 6,3 milhões de mulheres brasileiras vivem em favelas e 69% delas são negras; dessas, 70% têm filhos e 58% delas tiveram o primeiro filho antes dos 20 anos. Além disso, a pesquisa mostra ainda que as mulheres são protagonistas nas favelas: 44% dos lares nas favelas são chefiados por mulheres.

Segundo Monteiro *et al.* (2018, p. 290), as mulheres dessas comunidades autoconstruídas e autourbanizadas são capazes de criar arranjos de cooperação para adaptar da melhor forma a sua vida e a de suas famílias. Assim, muitas vezes, quando têm que trabalhar fora, as mulheres contam com ajuda de vizinhas para o cuidado com as crianças que, por sua vez, brincam todas juntas nas ruas, pois todos se conhecem e se cuidam. Além da rede de cooperação no cuidado com a prole, muitas mulheres conseguem o sustento de sua família por meio de trabalhos realizados em casa, como artesanato ou a venda de comida (MONTEIRO *et al.*, 2018).

É por estarem tão conectadas às suas comunidades que muitas mulheres lideram lutas por melhorias nesses espaços.

Os movimentos sociais sempre foram espaços potentes de resistência que redimensionaram, muitas vezes, o papel socialmente construído para a mulher e subverteram o lugar do “feminino” na política (NASCIUTTI, 2016 *apud* MONTEIRO *et al.*, 2018).

Sendo assim, as mulheres se colocam como protagonistas na produção cotidiana de espaço nas favelas. A autogestão do espaço público dessas comunidades deve refletir as demandas incorporadas pelo dia a dia do corpo feminino que entrecruza os lugares de maneira complexa.

Nesse sentido, nos colocamos a refletir sobre formas de apropriações de espaços públicos nas favelas pela autogestão feminina, que busque atender às suas demandas dentro desta lógica do cooperativismo já existente no território e que possa, ainda, reverberar no viés econômico.

Hortas urbanas comunitárias como meio para ocupar

É fundamental ressaltar que, quando falamos de cidade, espaços urbanos, sejam eles quais forem, cada recorte de lugar possui distintas particularidades. Até mesmo territórios com algumas especificidades semelhantes, como é o caso das favelas brasileiras localizadas nas grandes metrópoles e capitais, quando observados de perto, com um olhar sensível e cuidadoso, fazem emergir singularidades próprias. Tratamos aqui de uma investigação teórica que, ao ser aplicada de maneira prática no território urbano, deve levar em conta os diversos fatores de cada lugar. Sendo assim, as elucubrações aqui dispostas tiveram como foco as necessidades observadas a partir das questões de gênero, raça e classe.

De maneira geral, nos territórios informais, faltam equipamentos urbanos formais de lazer. Uma ação possível para mitigar essa falta e ainda atribuir valores ligados a pautas ambientais, de saúde, econômicas, sociais e de empoderamento seria a implantação de hortas urbanas nas comunidades, uma vez que, por meio delas, a população pode ter mais controle sobre sua saúde e suas condições de vida (em nível individual e coletivo), proporcionando melhorias nas condições de bem-estar (HONDA, 2018, p. 23-24).

Por ser um território autoconstruído sem, muitas vezes, análises de conforto ambiental mais aprofundadas, geralmente as favelas possuem problemas relacionados à falta de ventilação e aquecimento demasiado. A implementação de uma horta comunitária nesse contexto auxilia substancialmente a melhorar o microclima, oferecendo áreas de sombreamento, além de poder ser utilizada como estratégia de resfriamento evaporativo e umidificação (BARBOSA, 2005, p. 28).

Outro fator importante seria a produção do próprio alimento *in loco*. Esse tipo de ação tem um impacto ambiental muito positivo, uma vez que extingiria o consumo de embalagens descartáveis, minimizando a produção de resíduos. As emissões atmosféricas ligadas ao transporte dos alimentos também sofrem um impacto positivo, pois, uma vez que a produção seria local, não demandaria deslocamento. Além disso, a produção orgânica dos alimentos na comunidade faz com que se reduza o consumo de agrotóxicos pelas pessoas e gera um consumo consciente dos alimentos saudáveis. A implementação das hortas contribui, ainda, para o bem-estar e a inclusão social das pessoas por meio da promoção da solidariedade e da entreatajuda (COSTA, 2017).

As pessoas com dificuldades de saúde, psicológicas, sociais ou econômicas, reencontram-se com uma atividade produtiva e com a natureza, o que contribui para melhorar a sua saúde, facilitar a sua aprendizagem e o seu conhecimento da natureza, aumentar a sua autoestima e, conseqüentemente, a sua participação na vida social (COSTA, 2017, p. 15).

No que tange à economia, poderia ser gerada uma economia circular em vez de uma economia linear. A diferença das duas economias citadas é de fácil compreensão e de suma importância. A economia circular está atrelada à preocupação ambiental, sendo um processo econômico no qual se preza a reutilização e recuperação de resíduos, reinserindo-os no ciclo produtivo, a fim de

evitar desperdício e desequilíbrios ambientais (FOSTER; ROBERTO; IGARI, 2016, p. 3). Nesse processo, a produção e consumo dos produtos entram em um ciclo sem fim, em que o final de uma etapa se torna o início de outra. Ou seja, em vez de se jogarem fora os resíduos dos alimentos, eles são reaproveitados e reutilizados nas hortas comunitárias como adubos para a geração de futuros alimentos. Já a economia linear abrange como etapas do processo a extração, a produção e o descarte, em que se pode ver o início, o meio e o fim da atividade, não se preocupando com o critério sustentabilidade.

Além das questões ambientais e econômicas, o debate tangencia, também, a questão social. Algumas análises realizadas em cidades como Embu das Artes – SP (COSTA *et al.*, 2015) e Guarulhos – SP (HONDA, 2018), por exemplo, onde existem hortas comunitárias em comunidades, demonstram a sua potência como ferramenta social de convívio, estreitamento de laços e empoderamento das mulheres. Aponta-se que, por intermédio do trabalho coletivo no cultivo das hortaliças, os laços sociais entre as moradoras das comunidades são fortalecidos, gerando redes de apoio mútuas e muito necessárias. Além disso, a relação das mulheres com o próprio espaço em que habitam melhora substancialmente.

Ao pensarmos sobre empoderamento, não podemos deixar de citar um tema muito estudado atualmente, o ecofeminismo. As ideias do ecofeminismo combatem a fragmentação do sistema cartesiano mecanicista e não se direcionam apenas às mulheres, mas, sim, a todos os seres humanos que se aproximam de um entendimento com as questões naturais (SALLEH, 1992; GARCIA, 2012). O movimento surge como expressão e consegue conectar a emancipação das mulheres com a preservação da natureza. O ecofeminismo se preocupa com todos que vivem sob formas de opressão e não apenas com o gênero feminino. Assim como o “urbanismo feminista”, que reconhece a diversidade das pessoas sem normalizar modelos (COL.LECTIU, 2019, p. 14-15), a causa procura abranger a pluralidade dos seres vivos atendendo às minorias, independentemente de classe social, gênero ou raça, além de incluir em suas prioridades a preocupação com a natureza.

Conclusão

As reflexões aqui trazidas, que apontaram ao final para o debate sobre as hortas urbanas, são parte de estudos relacionados a formas de apropriação dos espaços públicos das favelas por mulheres, negras e pobres. Obviamente, as demandas são inúmeras e, portanto, suas possibilidades também. Todavia, o recorte temático escolhido vem complementar uma discussão muito mais ampla que, a cada dia, emerge com mais força no campo da Arquitetura e do Urbanismo.

É necessário repensarmos nossas formas de fazer cidade a partir da perspectiva de gênero, raça e classe. É fundamental olharmos para dentro das comunidades informais presentes em nossas cidades com um olhar agregador, buscando compreendê-las como parte integrante e genuína do desenvolvimento das cidades brasileiras.

Levantamos o debate acerca das hortas urbanas, pois acreditamos que podem funcionar como agregadoras ao empoderamento das mulheres de comunidades e como forma de ocupação saudável do espaço. Podem, ainda, contribuir com a

renda dessas mulheres que já buscam, no mercado informal nos espaços que habitam, o sustento de suas famílias.

É preciso positivar a presença feminina nos espaços públicos, é fundamental incentivar a ocupação e a apropriação a partir de usos que contribuam para as demandas desse grupo que, por muitos anos, vêm sendo invisibilizadas. O investimento em políticas afirmativas desse tipo é indispensável e a luta das mulheres segue forte, produzindo os espaços das nossas cidades cotidianamente e cada vez mais encabeçando lutas importantes.

“É preciso estar atenta e forte” (VELOSO, 1969)! E nós estamos!

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, R. *Áreas verdes e qualidade térmica em ambientes urbanos: estudo em microclimas de Maceió (AL)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.
- BERTH, J. As cidades brasileiras não foram projetadas para a diversidade. *Casa Vogue*, 2018. Disponível em: <https://casavogue.globo.com/Casa-Vogue-Experience/noticia/2018/11/cidades-brasileiras-nao-foram-projetadas-para-diversidade-disse-arquiteta-joyce-berth.html>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Política Nacional de Habitação*. Brasília: Presidência da República, Ministério das Cidades, 2004. Disponível em: <https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>. Acesso em 25 ago. 2020.
- BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- COLLECTIU Punt 6. *Urbanismo feminista: por una transformación radical de los espacios de vida*. Barcelona: Virus, 2019.
- CORREIA, A.; COELHO, C.; SALES, L. *Cidade interseccional: o direito à cidade nas perspectivas de gênero e raça*. Observatório das Metrópoles, 2018. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/o-direito-cidade-nas-perspectivas-de-genero-e-raca/>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- COSTA, C. G. A. et al. *Hortas comunitárias como atividade promotora de saúde: uma experiência em Unidades Básicas de Saúde*. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2015.v20n10/3099-3110/pt/> Acesso em: 28 nov. 2020.

- COSTA, N. *et al. Benefícios sociais, ambientais e económicos das hortas sociais biológicas do Município da Póvoa de Lanhoso*. Lisboa: Associação Portuguesa de Horticultura (APH), 2017.
- DATA FAVELA. *Fórum Nova Favela Brasileira*, 2015. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AM/Anexos/ Apresenta%C3%A7%C3%A3o_2%C2%BA%20Forum%20Favela_Consolidado.pdf. Acesso em: 1º dez. 2020.
- DENALDI, R. (org.). *Planejamento habitacional: notas sobre a precariedade e terra nos Planos Locais de Habitação*. São Paulo: Annablume, 2013. 308 p.
- FEDERICI, S. *Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERREIRA, K. S. G. R. da. *Urbanismo feminista*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo, 2017.
- FOSTER, A.; ROBERTO, S. S.; IGARI, A. T. Economia circular e resíduos sólidos: uma revisão sistemática sobre a eficiência ambiental e econômica. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E AMBIENTE, 2016, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo, 2016.
- FRANCO, M. *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 1936.
- GARCIA, L. G. *Ecofeminismo – a teoria das conexões*. Material Didático da Disciplina de Sociedade e Natureza. Mestrado Prodema/UFPB, 2012. 48 p.
- HONDA, S. Omori. *Pesquisa-ação na implantação de horta comunitária: empoderamento e sustentabilidade na periferia de Guarulhos*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Diretoria de Geociências*. Coordenação de Geografia e Meio Ambiente. Rio de Janeiro, 2020.
- MATOS, M. I.; BORELLI, A.; SCHWARTZ, R. *Gênero, terceiro setor e desenvolvimento: quebraadeiras - uma luta pela preservação do meio ambiente e cultura dos babaquais*. 1. ed. São Paulo: Verona, 2015.
- MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. A cidade próxima: o urbanismo sem gênero. In: *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MONTEIRO, P. *et al.* O protagonismo feminino na luta contra as remoções do rio de janeiro. In: TANAKA, G. *et al.* (org.). *Viva a Vila Autódromo: o plano popular e a luta contra a remoção*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

PASTERNAK, S.; D'OTTAVIANO, C. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010*. *Cadernos Metrôpolis*, v. 18, n. 35, p. 75-100, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S223699962016000100075&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 20 ago. 2020.

PINHEIRO, L. *et al.* *Retrato da desigualdade de gênero e raça*. 3. ed. Brasília: Ipea. 2008. 36 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/terceiraediacao.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento. 2017. 112 p.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SALLEH, A. *Ecosocialismo-Ecofeminismo*. *Nueva Sociedad*, n. 122, p. 230-233, nov./dez. 1992. Disponível em: http://nuso.org/upload/articulos/2190_1.pdf. Acesso em: 16 agosto de 2020.

SOUZA, L. L. *Gênero, periferia e identidade: coletivo "Nós, mulheres da periferia"*. TCC – São Paulo: Celacc/ECA – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. 16 p.

VARANDA, A. P. de M. *Gênero e práticas econômicas comunitárias na produção do espaço das favelas do Rio de Janeiro*. Curitiba: Appris, 2018.

VELOSO, C. [compositor e intérprete]. *Divino maravilhoso*. São Paulo: Philips Records, 1969. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Emu4JrrfpM0>. Acesso em: 30 ago. 2020.